



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

AJUSTE DIRETO

Produção Técnica do Evento EXPOCIC'2025

1

CADERNO DE ENCARGOS





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a – Entidade Adjudicante	3
Cláusula 2. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 3. ^a – Contrato	3
Cláusula 4. ^a – Local, prazo e modo de prestação.....	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Cláusula 5. ^a – Obrigações do Adjudicatário.....	4
Cláusula 6. ^a – Dever de sigilo.....	4
Cláusula 7. ^a – Preço contratual e preço base	4
Cláusula 8. ^a – Condições de Pagamento.....	4
Cláusula 9. ^a – Direitos e obrigações da Entidade Adjudicante	5
Cláusula 10. ^a – Revisão da Remuneração	5
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES	5
Cláusula 11. ^a – Penalidades contratuais	5
Cláusula 12. ^a – Execução da caução	5
Cláusula 13. ^a – Força maior	5
Cláusula 14. ^a – Resolução do Contrato	6
Cláusula 16. ^a – Comunicações e notificações	6
Cláusula 16. ^a – Interlocutor Gestor do Contrato.....	6
Cláusula 17. ^a – Contagem dos prazos.....	6
Cláusula 18. ^a – Legislação aplicável.....	6
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS.....	6
Cláusula 19. ^a – Especificações da prestação	6
ANEXO I – Modelo de declaração Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos	7
ANEXO II – Proposta de Preço	9
ANEXO III – Modelo de declaração Documentos de Habilitação	10
ANEXO IV – Projeto de Arquitetura.....	11





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a – Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante são os **MISSIONÁRIOS CLARETIANOS PROVÍNCIA DE FÁTIMA**, Pessoa Coletiva religiosa n.º **500 224 200**, sediada na Rua Helena Félix, s/n, Edifício Colégio Universitário Pio XII, 1600-121 Lisboa, e com Estabelecimento/Delegação no **Colégio Internato dos Carvalhos (CIC)**, sito na Rua do Moeiro, s/n, 4415-133 Pedroso, Vila Nova de Gaia, com o número de telefone 227 860 920, fax 227 860 925 e *e-mail*: geral@cic.pt.

Cláusula 2.^a - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento de “**Produção Técnica do Evento EXPOCIC2025**”.

Cláusula 3.^a – Contrato

1. A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - c) Às regras da arte.
2. Para os efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
 - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
 - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao presente Caderno de Encargos;
 - d) O presente Caderno de Encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;
 - g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou neste Caderno de Encargos.
3. A Entidade Adjudicante pode, em qualquer momento, exigir do Adjudicatário a comprovação do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3

Cláusula 4.^a – Local, prazo e modo de prestação

1. O serviço será prestado nas instalações da Entidade Adjudicante, supramencionadas, na freguesia de Pedroso, Concelho de Vila Nova de Gaia.
2. O Contrato mantém-se em vigor durante o período de realização do evento, incluindo o período de montagem e desmontagem, de 21-03-2025 a 4-04-2025, 15 dias, sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

3. O serviço pretendido tem as especificações técnicas previstas no Capítulo IV do presente Caderno de Encargos.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 5.^a – Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, decorre para o Adjudicatário a obrigação de recorrer a todos os meios necessários e adequados, nomeadamente humanos, materiais e outros, para providenciar os serviços pretendidos pela Entidade Adjudicante, assim como a obrigação de assumir a responsabilidade por eventuais danos causados nas infraestruturas da Entidade Adjudicante, bem como quaisquer outros resultantes das prestações inerentes à sua atividade.
2. Sobre o Adjudicatário recai ainda a obrigação de se responsabilizar pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do Contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário.

Cláusula 6.^a – Dever de sigilo

1. O Adjudicatário está vinculado ao dever de sigilo, termos em que garante o seu sigilo e o do pessoal a seu cargo relativamente a informações ou documentação técnica, financeira, médica ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que venha a ter conhecimento em função do Contrato, dever este que perdura além do prazo estipulado para o presente fornecimento.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a – Preço contratual e preço base

1. Como contrapartida pela execução do objeto do Contrato, a Entidade Adjudicante pagará ao Adjudicatário uma remuneração com o valor constante da Proposta adjudicada, a qual constitui parte integrante do Contrato.
2. O preço contratual corresponde à quantia global, final e não revisível devida pela Entidade Adjudicante ao Adjudicatário pela execução do Contrato.
3. Ao valor referido no número anterior acresce o IVA à taxa legal em vigor.
4. O preço base do procedimento é de **9.300,00€ (nove mil e trezentos euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe pagar pela execução do Contrato.

Cláusula 8.^a – Condições de Pagamento

1. A quantia devida, nos termos da Cláusula anterior, será paga após a conclusão do serviço e a emissão da respetiva fatura pelo Adjudicatário.
2. O pagamento devido será efetuado até 30 dias após a entrega da respetiva fatura.
3. A emissão de faturas eletrónicas segue o disposto no artigo 299.º-B do CCP, aplicando-se-lhe a norma transitória constante do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

4. Nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, conjugado com a Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro, as faturas devem ser apresentadas por via eletrónica (fatura eletrónica), via plataforma <https://www.ilink.pt/ilink/>.
5. A fatura será paga através de transferência bancária.

Cláusula 9.ª – Direitos e obrigações da Entidade Adjudicante

O pagamento do preço, nos termos previstos na Cláusula anterior, constitui obrigação da Entidade Adjudicante.

Cláusula 10.ª – Revisão da Remuneração

O valor do Contrato é fixo e não sujeito a revisão de preços.

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Cláusula 11.ª – Penalidades contratuais

1. Caso se verifique incumprimento ou cumprimento defeituoso do Contrato por parte do Adjudicatário, será notificado do facto o próprio ou seu representante.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de exigir do Adjudicatário alterações, no todo ou em parte, daquilo que for prestado indevidamente e não esteja de acordo com as cláusulas contratuais.
3. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, não podendo exceder um valor acumulado de 20% do preço contratual.
4. A Entidade Adjudicante pode, por conta do Adjudicatário, adquirir os serviços a que se refere o presente procedimento junto de outros fornecedores, assegurando o Adjudicatário a diferença de valor entre os seus preços e os por aqueles praticados.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5

Cláusula 12.ª – Execução da caução

Sem prejuízo do referido na Cláusula anterior, não sendo exigida a apresentação de caução no presente procedimento, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, a Entidade Adjudicante, sempre que considerar conveniente, em situações resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, poderá proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 88.º daquele diploma legal.

Cláusula 13.ª – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não resultem de falta ou negligência, e que dela não possam ser conhecidas ou previstas à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a – Resolução do Contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento dos deveres resultantes do Contrato confere à outra parte o direito de resolver o Contrato.
2. No caso de violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao Adjudicatário, nomeadamente atraso substancial na prestação dos serviços, a Entidade Adjudicante pode resolver o Contrato.

Cláusula 16.^a – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 16.^a – Interlocutor Gestor do Contrato

Interlocutor e responsável pela gestão do contrato: Paulo Pinho | *E-mail:* Paulo.Pinho@cic.pt | telefone: 227860920.

Cláusula 17.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e começam a correr no dia seguinte à ocorrência do evento.

Cláusula 18.^a – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 19.^a – Especificações da prestação

1. O Adjudicatário terá a responsabilidade do fornecimento dos seguintes itens, de acordo com o projeto de arquitetura e memória descritiva constantes no Anexo IV:
 - a) stands interiores;
 - b) iluminação interior dos stands e da tela exterior da exposição;
 - c) equipamentos audiovisuais para pequenas realizações, complementando o equipamento disponível na Entidade Adjudicante (exemplos: microfones sem fios, amplificador, colunas, luzes, etc.);
 - d) cabelagem e quadros elétricos para cada stand;
 - e) o evento decorrerá nos dias **1, 2 e 3 de abril de 2025**.
2. Durante o período de decurso da EXPOCIC, o Adjudicatário fica obrigado a disponibilizar os meios técnicos e humanos necessários a assegurar a resolução de qualquer incidente com os materiais ou avaria dos equipamentos instalados.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO I – Modelo de declaração Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO II – Proposta de Preço

[●] (indicar nome, número de documentação de identificação, estado civil, profissão, e morada), na qualidade de representante legal da sociedade [●] (indicar firma, número de identificação fiscal e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de « **Produção Técnica do Evento EXPOCIC'2025** », declara que a sua representada⁽¹⁾ se propõe executar todas as prestações contratuais que constituem o objeto do contrato a celebrar, pelo preço total de [● euros] [*por extenso*], nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos.

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, às taxas legais em vigor.

Local e Data: _____, ____/____/____

Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente

9

(1) retirar a expressão 'a sua representada' se se tratar de uma pessoa singular





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO III – Modelo de declaração Documentos de Habilitação

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

10





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO IV – Projeto de Arquitetura



